

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – SOCIOLOGIA DO DIREITO	39
1. Introdução à sociologia da administração judiciária	39
1.1. Conceito de administração judiciária	39
1.2. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia)	40
1.3. O papel do Conselho Nacional de Justiça na administração judiciária	42
1.4. Gestão	45
1.4.1. Planejamento estratégico	45
1.4.2. Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário	56
1.4.3. Boas práticas na administração da justiça	57
2. Relações sociais e relações jurídicas	58
2.1. Noções introdutórias sobre o saber sociológico	58
2.2. O Direito como objeto da sociologia (sociologia jurídica)	60
2.3. O evolucionismo sociológico em Auguste Comte e Herbert Spencer	61
2.4. O materialismo histórico de Karl Marx	62
2.5. A sociologia jurídica em Émile Durkheim e Max Weber	63
2.6. A sociologia da administração em Max Weber	68
2.7. O pensamento de Michel Foucault: direito, poder e verdade jurídica	69
2.7.1. Direito e sociedade disciplinar: o criminoso como inimigo social e o panoptismo	70
2.7.2. O conhecimento como invenção	72
2.7.3. Prática penal e formas de verdade	74
2.8. Controle social e o Direito	78
2.9. Transformações sociais e Direito	85
3. Direito, Comunicação Social e opinião pública	89
3.1. Introdução	89

3.2.	O conceito de opinião pública	89
3.3.	A influência da opinião pública na criação e na interpretação das leis	90
3.4.	As relações entre Direito e mídia	94
3.4.1.	Aspectos legais e jurisprudenciais	94
3.4.2.	A liberdade de expressão como direito fundamental: fundamentos e justificativas	102
3.5.	Comunicação social: o elo entre o Direito e a opinião pública	105
3.5.1.	Desafios contemporâneos: <i>fake news</i> , judicialização da política e politização da Justiça	105
3.5.2.	Comunicação social do Poder Judiciário	105
4.	Conflitos sociais e mecanismos de resolução	111
4.1.	Jurisdição: aspectos gerais e conceito	111
4.2.	Sistemas de composição de conflitos	113
4.2.1.	Justiça multiportas	113
4.2.2.	Autotutela	116
4.2.3.	Autocomposição entre particulares	118
4.2.4.	Autocomposição envolvendo pessoas de direito público	122
4.2.5.	Heterocomposição	123
5.	Tópicos especiais de sociologia jurídica	126
5.1.	O Direito como ciência	126
5.2.	O Direito como ideologia	128
5.3.	Direito estatal e extraestatal	130
5.4.	A função simbólica do Direito	134
5.5.	O acesso à justiça	135
6.	Questões de concurso	139

CAPÍTULO II – PSICOLOGIA JURÍDICA 151

1.	A psicologia como ciência: estado atual	152
1.1.	Introdução	152
1.2.	As diversas direções metodológicas de psicologia	152
2.	A psicologia jurídica e a personalidade humana	158
3.	O inconsciente e a estrutura do psiquismo	164
3.1.	As contribuições de Sigmund Freud	164
3.2.	O pensamento de Carl Gustav Jung	165
4.	Psicologia jurídica: uma breve história e o papel do psicólogo jurídico ...	168
5.	Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia	171

5.1.	Aspectos gerais sobre psicologia e comunicação	171
5.2.	Relacionamento interpessoal	172
5.3.	Relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia	174
6.	Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual	176
7.	Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos	185
7.1.	Introdução à teoria do conflito social	185
7.2.	Procedimentos, técnicas, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução alternativa dos conflitos. <i>Rapport</i>	188
7.3.	Espiras de conflito, processos destrutivos e construtivos	191
7.4.	Justiça Restaurativa e a Resolução CNJ 225/2016	192
7.4.1.	Conceito e princípios básicos	193
7.4.2.	Diferenças entre Justiça Restaurativa e Justiça Retributiva ..	194
7.4.3.	A Resolução CNJ 225/2016	195
7.4.4.	Implementação no Brasil	196
7.4.5.	Metodologias e técnicas utilizadas	197
7.4.6.	O papel dos facilitadores	199
7.4.7.	Justiça Restaurativa e grupos vulneráveis	199
8.	O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial	202
8.1.	A busca pela verdade no processo: uma questão epistemológica	202
8.2.	Verdade material/real x verdade formal: uma dualidade superada	204
8.3.	As teorias da verdade na epistemologia judicial	208
8.4.	O papel do juiz na reconstrução dos fatos	212
8.5.	O papel da psicologia na busca pela verdade	214
8.6.	Os <i>standards</i> probatórios	214
8.7.	O comportamento de partes e testemunhas	217
9.	Questões de concurso	222

CAPÍTULO III – ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL 229

1.	Regime jurídico da magistratura nacional	229
1.1.	Carreiras	230
1.2.	Ingresso	236
1.3.	Promoções	238
1.4.	Remoções	249
2.	Direitos e deveres funcionais da magistratura	252
3.	Código de Ética da Magistratura Nacional	264

4. Os Princípios de Conduta Judicial de Bangalore (ONU)	270
5. Sistemas de controle interno do Poder Judiciário	276
5.1. Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	277
5.1.1. Origem e composição	277
5.1.2. Principais funções	279
5.1.3. Poder normativo	280
5.1.4. Jurisprudência do STF	282
5.2. Conselhos Superiores	287
5.3. Corregedorias	292
5.4. Ouvidorias	299
6. Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados	302
7. Administração judicial	313
7.1. Planejamento estratégico	313
7.2. Modernização da gestão	318
9. Questões de concurso	322

CAPÍTULO IV – FILOSOFIA DO DIREITO 335

1. Tipologia dos saberes jurídicos	337
1.1. Dogmática e zetática jurídica	337
1.2. Filosofia e teoria geral do Direito	339
2. O conceito de Justiça	340
2.1. Sentido <i>lato</i> de Justiça, como valor universal	341
2.1.1. A origem do termo “justiça” na cosmologia clássica	341
2.1.2. Justiça geral em Sócrates	343
2.1.3. Justiça como virtude proeminente em Platão	344
2.1.4. Justiça geral, justiça distributiva e justiça comutativa em Aristóteles	345
2.2. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político	348
2.3. Divergências sobre o conteúdo do conceito	350
3. O conceito de Direito	353
3.1. Aspectos gerais: <i>quid ius?</i>	353
3.1.1. Direito como justiça	356
3.1.2. Direito como norma agendi (direito objetivo)	357
3.1.3. Direito como facultas agendi (direito subjetivo)	357
3.1.4. Direito como sanção	357
3.1.5. Conceito analítico de Direito	358
3.1.6. A teoria tridimensional de Miguel Reale	359
3.2. Jusnaturalismo e positivismo jurídico	360

3.3.	Evolução histórica do fenômeno jurídico	364
3.3.1.	O Direito “arcaico” das sociedades sem escrita	364
3.3.2.	O Direito na Antiguidade clássica	366
3.3.2.1.	Grécia Antiga	366
3.3.2.2.	Roma Antiga	367
3.3.3.	Dogmaticidade na Idade Média	372
3.3.4.	O Direito na Era Moderna	374
3.3.4.1.	Europa continental	374
3.3.4.2.	A particular história do rule of law inglês	377
3.3.5.	Positivização do Direito no século XIX: o positivismo jurídico clássico	380
3.3.5.1.	Pressupostos juspositivistas para a formação do Estado liberal	380
3.3.5.2.	Primeiras subcorrentes do positivismo jurídico: jurisprudência dos conceitos e jurisprudência dos interesses	383
3.3.6.	A história constitucional norte-americana	387
3.3.7.	O desenvolvimento do Estado social	390
3.3.8.	Ciência do Direito na atualidade: pós-positivismo (após a Segunda Guerra, 1945) e jurisprudência dos valores	392
3.4.	O realismo jurídico norte-americano e o escandinavo	396
3.5.	Equidade	399
3.6.	Direito e moral	401
3.6.1.	Teorias diferenciadoras	401
3.6.2.	Julgamento moral e o Direito	407
3.6.3.	O eterno debate entre deontologia e utilitarismo na filosofia moral	412
4.	A interpretação do Direito	414
4.1.	Introdução: hermenêutica x interpretação	414
4.2.	Espécies de interpretação segundo Friedrich Carl von Savigny	416
4.3.	A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo	418
4.4.	O método de interpretação pela lógica do razoável	422
4.5.	Interpretação constitucional, pré-compreensão e capacidades institucionais do intérprete	424
4.6.	A tópica jurídica de Theodor Viehweg e procedimento argumentativo	426
4.7.	Principais métodos da hermenêutica jurídica constitucional: resumo geral	427

5.	A filosofia do direito na história: BREVES APONTAMENTOS	438
5.1.	Filosofia do Direito na Antiguidade	438
5.1.1.	O pensamento pré-socrático e o jusnaturalismo de Heráclito ..	438
5.1.2.	O relativismo da sofística	439
5.1.3.	O idealismo de Sócrates, Platão e Aristóteles	441
5.1.4.	A ética estoica	443
5.2.	Filosofia do Direito na Idade Média	444
5.2.1.	O pensamento de Santo Agostinho	444
5.2.2.	O pensamento de São Tomás de Aquino	446
5.3.	Filosofia do Direito na Idade Moderna	448
5.3.1.	O pensamento de Thomas Hobbes	448
5.3.2.	O pensamento de John Locke	452
5.3.3.	O pensamento de Rousseau	455
5.3.4.	O pensamento de Immanuel Kant	459
5.4.	Filosofia do Direito na contemporaneidade (pós-Revolução Francesa)	465
5.4.1.	A Escola histórica do Direito e o pensamento de Savigny ...	465
5.4.2.	O pensamento de Karl Marx	467
5.4.3.	O positivismo jurídico de Hans Kelsen	469
5.4.4.	A crítica neojusnaturalista a Kelsen e o positivismo moderado de Norberto Bobbio	475
5.4.5.	O liberalismo igualitário de John Rawls	479
5.4.6.	A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann	481
5.4.7.	O positivismo jurídico inglês (Austin e Raz) e a controvérsia entre juspositivismo inclusivo e exclusivo	484
5.4.8.	O debate sobre a superação do positivismo jurídico em Hart e Dworkin	488
5.4.9.	Jeremy Waldron e a “democratic jurisprudence”	495
5.4.10.	O pensamento pós-positivista de Robert Alexy	497
5.4.11.	A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas	501
5.4.12.	As teorias da justiça depois de John Rawls: liberalismo conservador, marxismo analítico, comunitarismo e republicanismo	505
6.	Questões de concurso	510
CAPÍTULO V – TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA		525
1.	Direito objetivo e direito subjetivo	526
2.	Fontes do Direito objetivo	527
2.1.	As contribuições do neoconstitucionalismo	527

2.2.	As críticas de Humberto Ávila ao movimento neoconstitucionalista	532
2.3.	Princípios gerais de Direito	533
2.4.	Jurisprudência	536
2.5.	Súmula vinculante	538
2.6.	A distinção entre regras e princípios em Dworkin, Alexy, Neves e Ávila	541
2.7.	A teoria da derrotabilidade das regras jurídicas	546
3.	Eficácia da lei no tempo	548
3.1.	Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro	549
3.2.	Direito Penal	551
3.3.	Direito Civil	555
3.4.	Direito Constitucional	555
3.5.	Direito do Trabalho	558
4.	O conceito de Política	561
4.1.	Aspectos gerais	561
4.2.	Política e Direito	564
4.2.1.	Disciplina jurídica e poder político	564
4.2.2.	Jurisdição constitucional e judicialização da política	566
4.2.3.	A evolução do conceito de democracia	573
4.2.3.1.	Democracia na Antiguidade	574
4.2.3.2.	Democracia na Idade Média e no Renascimento ...	575
4.2.3.3.	Democracia na Modernidade	576
4.2.3.4.	Democracia na Era Contemporânea	577
4.2.4.	Os três papéis desempenhados pelas Supremas Cortes nas democracias constitucionais contemporâneas	579
4.3.	Política e ética	581
5.	Ideologias	583
5.1.	Ideologias políticas modernas	583
5.2.	Sentido marxista de ideologia	586
5.3.	Esquerda e direita para Norberto Bobbio	588
5.3.1.	Contestação e sobrevivência da distinção entre direita e esquerda	588
5.3.2.	CrITÉRIOS de distinção entre direita e esquerda	590
5.3.3.	Igualdade e desigualdade	591
5.3.4.	Liberdade e autoridade	592
6.	A Declaração Universal dos Direitos do Homem	593
7.	Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	597

8.	Gênero, patriarcado e raça	614
8.1.	Gênero na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU)	614
8.2.	Patriarcado e “poder doméstico”	616
8.3.	O “poder patriarcal” na doutrina liberal	620
8.4.	Conceitos básicos: sexo, gênero, identidade de gênero, sexualidade	624
8.5.	Discriminação e desigualdades de gênero	625
8.6.	Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça	628
8.6.1.	Origem	628
8.6.2.	Diretrizes	631
8.6.3.	Guia para magistradas e magistrados (“passo a passo”)	632
8.6.4.	Compilação de casos emblemáticos dos sistemas regional e internacional de proteção de direitos referenciadas no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero	637
9.	Questões de concurso	639
CAPÍTULO VI – DIREITO DIGITAL		653
1.	A 4ª Revolução Industrial	653
1.1.	Introdução	653
1.2.	Principais desdobramentos da revolução digital	657
1.3.	Conceitos fundamentais para a compreensão da virada tecnológica	658
1.3.1.	Algoritmos	658
1.3.2.	Inteligência artificial	661
1.3.3.	<i>Machine learning</i> e <i>deep learning</i>	665
1.3.4.	Internet das coisas	667
2.	Transformações tecnológicas no contexto jurídico	668
2.1.	Transformação digital no Poder Judiciário	668
2.1.1.	Automação e transformação do processo	671
2.1.2.	Audiências por videoconferência e telepresenciais	673
2.1.3.	Cortes remotas	677
2.1.4.	O projeto brasileiro de Justiça 4.0	682
2.1.5.	O uso de ferramentas de inteligência artificial pelo sistema de justiça	690
2.2.	Ciência de dados, jurimetria e vieses cognitivos	695
2.3.	<i>Blockchain</i> e contratos inteligentes	699
2.4.	Crimes virtuais e cibersegurança. <i>Deep web</i> e <i>dark web</i>	704
2.4.1.	<i>Deep web</i> e <i>dark web</i>	704

2.4.2. A Política Nacional de Cibersegurança e o Comitê Nacional de Cibersegurança	707
2.5. Criptomoedas e lavagem de dinheiro	710
3. LGPD, proteção de dados e a resolução cnj nº 332/2020	715
4. Provas digitais	722
4.1. Conceitos fundamentais	722
4.1.1. Endereço de protocolo de internet (endereço IP), <i>domain names</i> e DNS	722
4.1.2. Provedores de conexão à internet	724
4.1.3. Provedores de aplicações de internet	725
4.1.4. Servidores proxy, VPN e rede TOR	726
4.2. O regime processual estabelecido pelo Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)	728
4.3. Metodologia básica para a produção da prova digital	731
4.4. Busca e apreensão virtual x interceptação de fluxo de dados: distinções necessárias	733
4.5. Busca e apreensão de dispositivos informáticos ou telemáticos, cadeia de custódia da prova, perícia e <i>hashing</i>	734
4.6. Pedidos de preservação de conteúdo	740
5. Questões de concurso	741

CAPÍTULO VII – PRAGMATISMO, ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E ECONOMIA COMPORTAMENTAL 743

1. Função judicial e pragmatismo	744
1.1. Contextualismo	746
1.2. Antifundacionismo	747
1.3. Consequencialismo ou instrumentalismo	748
1.4. Perspectivas alternativas	748
1.5. Crítica	748
2. Conceitos epistemológicos fundamentais	749
2.1. Racionalismo e empirismo	749
2.2. Dialética	750
3. Consequencialismo e utilitarismo	751
4. Análise econômica do direito	755
4.1. Aspectos introdutórios	755
4.1.1. Conceito, escopo e fundamentos	755
4.1.2. História	757
4.1.3. Racionalidade econômica, individualismo metodológico e custos de oportunidade	759

4.1.4.	AED positiva e normativa	761
4.1.5.	Teoria dos jogos e o dilema dos prisioneiros	763
4.1.6.	Economia comportamental	766
4.2.	Análise econômica do processo	767
4.2.1.	Eficiência processual	767
4.2.2.	Acesso à Justiça e os métodos adequados de resolução de conflitos	768
4.2.3.	Demandas frívolas e de valor esperado negativo	773
4.2.4.	Precedentes, estabilidade da jurisprudência e segurança jurídica	774
4.2.5.	Coisa julgada	775
5.	Economia comportamental, heurística e vieses cognitivos	776
5.1.	Introdução: a “descoberta” dos processos heurísticos	776
5.2.	Heurísticas, vieses cognitivos e ruídos na atividade jurisdicional	780
5.2.1.	A imparcialidade “consciente”	780
5.2.2.	A identificação de vieses raciais na atividade jurisdicional: conhecendo o Implicit Association Test (IAT) e outros experimentos	782
5.3.	A classificação dos vieses cognitivos e sua identificação na atividade jurisdicional	785
5.3.1.	A sistematização inaugural proposta por Tversky e Kahneman	785
5.3.2.	Vieses derivados da heurística de representatividade	786
5.3.3.	Vieses derivados da heurística de disponibilidade	788
5.3.4.	Vieses derivados da heurística de ancoragem e ajustamento	789
5.4.	Vieses cognitivos particularmente presentes na atividade processual: confirmação, retrospectiva, falácia da conjunção, impossibilidade de esquecimento de provas ilícitas e vieses de decisões sequenciais	792
5.5.	Como confrontar os vieses cognitivos no setor público?	795
5.6.	<i>Nudges</i> : a arquitetura da escolha	796
6.	Governança corporativa e Compliance no Brasil	800
6.1.	Introdução: entendendo o sistema de governança corporativa	800
6.2.	A governança corporativa no mundo	802
6.3.	O modelo de propriedade dispersa	806
6.4.	A teoria do agente-principal	807
6.5.	O papel da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013)	808
6.5.1.	Introdução	808
6.5.2.	A responsabilização administrativa na Lei Anticorrupção	812
6.5.3.	A responsabilização judicial na Lei Anticorrupção	816

6.5.4. A regulamentação da Lei Anticorrupção	818
6.5.5. Acordos de leniência e programas de integridade (compliance)	821
6.6. <i>Whistleblower</i>	825
7. Questões de concurso	828
CAPÍTULO VIII – DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO	831
1. Conceitos Fundamentais do Direito da Antidiscriminação	831
1.1. Introdução	831
1.2. Direito da antidiscriminação e direito das minorias. Preconceito e discriminação	833
2. Modalidades de discriminação	835
2.1. Discriminação direta e indireta, invisível e inconsciente. Teoria do impacto desproporcional (disparate impact)	836
2.2. Racismo	838
2.2.1. Conceito e distinções: racismo e discriminação	838
2.2.2. Dimensões individualista, institucional e estrutural	839
2.2.3. Racismo ambiental	844
2.2.4. Constitucionalismo e racismo: a jurisprudência da Suprema Corte dos Estados Unidos e as Jim Crow laws	845
2.3. Sexismo	852
2.3.1. Conceito e dados	852
2.3.2. O sexismo na filosofia política moderna	854
2.4. Intolerância religiosa	856
2.5. LGBTQIA+fobia	859
2.6. Capacitismo	862
3. Legislação internacional antidiscriminação	865
4. Ações afirmativas	870
5. Direitos dos Povos indígenas e das comunidades tradicionais	874
5.1. Introdução	874
5.2. Direitos assegurados na Constituição	875
5.2.1. Educação e cultura	875
5.2.2. Direitos territoriais: teoria do indigenato x teoria do fato indígena	877
5.2.3. Direitos territoriais das comunidades quilombolas	884
5.3. Direitos assegurados na legislação internacional	885
6. Questões de concurso	896
BIBLIOGRAFIA	897